

IMPACTOS DA IMUNOPREVENÇÃO CONTRA A COVID-19 EM POPULAÇÕES PRIVADAS DE LIBERDADE

Ayara Almeida Souza Cabral¹, Maria Fernanda Bandeira da Silva², Daniel Wallace Assis de Sousa³, Xênia Maria Fideles Leite de Oliveira⁴

RESUMO: A imunoprevenção em populações privadas de liberdade é de extrema importância devido às condições de lotação das unidades prisionais, que favorecem a disseminação de doenças infecciosas. Além disso, muitos indivíduos em situação de privação de liberdade têm maior risco de exposição a doenças infecciosas e menor acesso aos cuidados de saúde. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com carácter de estudo descritivo e abordagem qualitativa, em que foi realizada buscas no sistema da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde, usando os seguintes descritores: Imunização, Prisioneiros e Vacinas contra COVID-19. Inicialmente foram encontrados 489 resultados sem filtros, e posteriormente a aplicação reduziu-se para 32 estudos, e destes, foram lidos os seus títulos resultantes das bases de dados, restando apenas 10 artigos para a amostra na síntese qualitativa final. Mediante as buscas realizadas, verificou-se que a pandemia do coronavírus (COVID-19) tem afetado drasticamente populações privadas de liberdade em todo o mundo, que enfrentam desafios adicionais na prevenção e tratamento da doença devido às condições de superlotação, falta de infraestrutura e de acesso aos cuidados de saúde adequados. Através dessa revisão de literatura, foi possível verificar que a prevenção de COVID-19 em prisioneiros requer a implementação de medidas de proteção que garantam a saúde e a segurança dos detentos, bem como dos funcionários que trabalham nas prisões. É crucial que as autoridades trabalhem para implementar essas medidas e garantir que a população privada de liberdade seja protegida.

Palavras-chave: Imunização, Prisioneiros, Vacinas contra COVID-19.

Área Temática: Enfermagem

272

ABSTRACT: Immunoprevention in populations deprived of freedom is extremely important due to the crowded conditions of prison units, which favor the spread of infectious diseases. In addition, many individuals deprived of their liberty are at greater risk of exposure to infectious diseases and have less access to health care. This is an integrative literature review, with the character of a descriptive study and a qualitative approach, in which searches were carried out in the Virtual Health Library system of the Ministry of Health, using the following descriptors: Immunization, Prisoners, Vaccines against COVID-19. Initially, 489 results were found without filters, and later the application was reduced to 32 studies, and of these, their titles resulting from the databases were read, leaving only 10 articles for the sample in the final qualitative synthesis. Through the searches carried out, it was verified that the coronavirus pandemic (COVID-19) has drastically affected populations deprived of liberty around the world, which face additional challenges in the prevention and treatment of the disease due to overcrowding conditions, lack of infrastructure and access to adequate health care. Through this literature review, it was possible to verify that the prevention of COVID-19 in prisoners requires the implementation of protective measures that guarantee the health and safety of detainees, as well as employees working in prisons. It is crucial that the authorities work to implement these measures and ensure that the population deprived of their liberty is protected.

Keywords: Immunization, Prisoners, Vaccines against COVID-19.

¹ Universidade Federal do Pará, Belém-Pará.

² Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, Paraíba.

³ Faculdade Nove de Julho, São Paulo, São Paulo.

⁴ Faculdade Santa Maria, Cajazeiras, Paraíba.

INTRODUÇÃO

A pandemia COVID-19 é uma doença causada pelo vírus SARS-CoV-2, detectado pela primeira vez em dezembro de 2019 na cidade de Wuhan, na China. Em questão de meses, o vírus se espalhou pelo mundo e foi declarada uma pandemia global pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em março de 2020 (BARBOSA, *et al.*, 2022).

A COVID-19 é principalmente transmitida de pessoa para pessoa através de gotículas respiratórias quando uma pessoa infectada tosse, espirra ou fala. Os sintomas podem variar de leves a graves e podem incluir febre, tosse seca, fadiga, dor de garganta, perda de olfato ou paladar, dores musculares e respiratórias. Em casos graves, a doença pode levar à pneumonia, falência de múltiplos órgãos e morte (BACCON, *et al.*, 2022).

Desde o início da pandemia, governos em todo o mundo implementaram várias medidas para tentar controlar a disseminação do vírus, incluindo restrições de viagem, o uso de máscaras faciais, o distanciamento social e o fechamento de escolas e empresas. Outras medidas incluem testagem em massa, rastreamento de contatos e a implementação de programas de vacinação em larga escala. A pandemia COVID-19 continua sendo uma grande preocupação global, afetando negativamente a economia, a saúde pública e a vida como a conhecemos (SILVA, *et al.*, 2023).

Nesse contexto, a imunoprevenção surge como ferramenta para prevenção de doenças infecciosas por meio da estimulação do sistema imunológico para produzir uma resposta de defesa contra o agente causador da doença. Isso é geralmente feito por meio de vacinação, que induz a produção de anticorpos contra um agente infeccioso específico (LEAL, *et al.*, 2022).

Diante disso, a imunoprevenção é extremamente importante na saúde pública, pois pode prevenir o surgimento e a disseminação de doenças infecciosas que podem ter um impacto significativo na saúde individual e coletiva. Uma vacinação eficaz pode erradicar doenças e ajudar a controlar surtos epidêmicos (SOUZA, *et al.*, 2019).

As vacinas são amplamente utilizadas em todo o mundo para prevenir doenças como difteria, coqueluche, sarampo, caxumba, rubéola, poliomielite, hepatite B, varicela, pneumococo e meningococo, entre outras. As práticas de imunoprevenção têm sido consideradas uma das maiores conquistas da medicina moderna e é um exemplo dos benefícios da colaboração entre cientistas, governos e profissionais de saúde (RODRIGUES, *et al.*, 2022).

A imunoprevenção em populações privadas de liberdade é de extrema importância devido às condições de lotação das unidades prisionais, que favorecem a disseminação de doenças infecciosas. Além disso, muitos indivíduos em situação de privação de liberdade têm maior risco de exposição a doenças infecciosas e menor acesso aos cuidados de saúde (BARBOSA, *et al.*, 2022).

As doenças infecciosas mais comuns em populações carcerárias incluem a tuberculose, hepatite B, hepatite C, HIV/AIDS, infecções sexualmente transmissíveis e doenças respiratórias. Essas doenças podem se espalhar rapidamente em ambientes superlotados e insalubres, aumentando o risco de morbidade e mortalidade (VASCONCELOS, *et al.*, 2023).

Para prevenir a propagação de doenças infecciosas em populações privadas de liberdade, é importante promover medidas de prevenção, incluindo a vacinação contra doenças como hepatite B e BCG (para tuberculose), bem como a promoção da higiene pessoal, saneamento básico adequado e medidas de precaução universal para evitar a transmissão de doenças (BACCON, *et al.*, 2022).

Os programas de imunização em populações privadas de liberdade geralmente envolvem uma colaboração entre o sistema prisional, profissionais de saúde e autoridades de saúde pública. Esses programas podem incluir a identificação, triagem e tratamento de indivíduos infectados, bem como medidas de prevenção para reduzir o risco de transmissão de doenças infecciosas em unidades prisionais (SILVA, *et al.*, 2023).

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, com carácter de estudo descritivo e abordagem qualitativa, em que foi realizada buscas no sistema da Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde (BVS), na qual foram selecionadas as seguintes bases de dados: Literatura Internacional em Ciências da Saúde (MEDLINE), Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e o Scientific Electronic Library Online (SciELO). Assim, destaca-se que durante as pesquisas realizadas, foram utilizados os vigentes Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Imunização, Prisioneiros, Vacinas contra COVID-19.

Da mesma forma, salienta-se que os critérios de inclusão adotados durante as pesquisas foram: artigos completos, disponíveis na íntegra, provindos do idioma português, inglês e espanhol, que tivessem conexão com a temática abordada e produzidos nos períodos

de 2018 ao mês de junho de 2023. Enquanto isso, os critérios de exclusão empregados foram os artigos incompletos, sem conexão com a temática e que não atendiam a linha temporal exigida.

Convém destacar, que para o norteamento das investigações literárias, foi necessário formular a subseqüentemente questão norteadora: “Quais os impactos da imunoprevenção contra a covid-19 em populações privadas de liberdade?”.

Com base nisso, destaca-se que para a construção do trabalho foi necessário adotar a estruturação focada em 8 etapas dispostas da seguinte forma: 1) Definição da temática, 2) Elaboração da pergunta norteadora, 3) Definição dos critérios de inclusão e exclusão para o direcionamento das pesquisas a serem realizadas, 4) Definição das bases de dados, para a efetivação das buscas científicas, 5) Seleção dos artigos que se enquadravam no tema, 6) Análise dos estudos na etapa qualitativa final, 7) Interpretação dos dados obtidos e 8) Exposição da abordagem da temática.

Nesse sentido, as buscas foram realizadas no mês de junho de 2023, e para sua consumação foi necessário intercepção dos descritores “Imunização AND Prisioneiros” e “Vacinas contra COVID-19 AND Prisioneiros”, utilizando o operador booleano AND.

Salienta-se que, mediante a estratégia metodológica aplicada dispensou-se a submissão ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), visto que foram priorizados dados secundários, ou seja, provindos de estudos coletados e averiguados por outra pessoa através de um processo de investigação apropriado.

Desse modo, inicialmente foram encontrados 489 resultados, sem o adição dos filtros. Todavia, posteriormente a aplicação dos parâmetros inclusivos, o número de achados reduziu-se para 32 estudos, e destes, foram lidos os seus títulos resultantes das bases de dados e excluídos os que não condiziam com a temática, restando apenas 10 artigos para a amostra na síntese qualitativa final.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Mediante as buscas realizadas, verificou-se que a pandemia do coronavírus (COVID 19) tem afetado drasticamente populações privadas de liberdade em todo o mundo, que enfrentam desafios adicionais na prevenção e tratamento da doença devido às condições de superlotação, falta de infraestrutura e de acesso aos cuidados de saúde adequados (VASCONCELOS, *et al.*, 2023).

Os presidiários estão expostos a um risco mais elevado de infecção devido à falta de condições sanitárias adequadas e ao grande número de pessoas confinadas em espaços pequenos e fechados. Estas condições favorecem a transmissão do vírus, que pode se espalhar rapidamente nas unidades prisionais (BACCON, *et al.*, 2022).

Além disso, muitos presidiários também têm condições médicas preexistentes que aumentam o risco de complicações do COVID-19. Isso inclui doenças como hipertensão, diabetes, asma e doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC) (BARBOSA, *et al.*, 2022).

Para prevenir a propagação do COVID-19 em populações privadas de liberdade, é essencial adotar medidas de prevenção, como a promoção da higiene pessoal, isolamento dos casos suspeitos e confirmados, triagem e rastreamento de contatos (SOUZA, *et al.*, 2019).

A vacinação também é fundamental para proteger os presidiários contra o COVID-19. A Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda que os presidiários sejam considerados para receber a vacina contra o COVID-19 juntamente com outros grupos prioritários. Por isso, é crucial garantir o acesso adequado aos cuidados de saúde e implementar medidas de prevenção eficazes para proteger a população privada de liberdade do COVID-19 (SILVA, *et al.*, 2023).

A principal imunoprevenção contra a COVID-19 é a vacinação, que tem sido amplamente recomendada por organismos de saúde em todo o mundo. As vacinas são uma ferramenta fundamental no controle da disseminação do vírus e na proteção da população contra a doença (BARBOSA, *et al.*, 2022).

As principais vacinas disponíveis contra a COVID-19 são baseadas em diferentes tecnologias, como RNA mensageiro, vetor viral e subunidades virais. Todas elas são projetadas para treinar o sistema imunológico a reconhecer e combater o vírus, prevenindo a doença ou reduzindo sua gravidade (SILVA, *et al.*, 2023).

Além da imunização, medidas de prevenção não farmacológicas também são importantes para reduzir a propagação do vírus. Isso inclui o uso de máscaras, lavagem frequente das mãos, distanciamento físico e evitar aglomerações. Vale lembrar que a vacinação, embora muito importante, não garante uma imunidade completa e definitiva contra a COVID

19. Por isso, é importante continuar seguindo as medidas de prevenção, mesmo após a vacinação (SOUZA, *et al.*, 2019).

A participação dos grupos privados de liberdade na vacinação contra COVID-19 pode variar de país para país, dependendo de como cada governo lida com a questão. No entanto,

é importante que esses grupos sejam incluídos nos programas de vacinação, já que as pessoas em confinamento são vulneráveis a surtos de doenças infecciosas (HOMMA, *et al.*, 2023).

Os grupos privados de liberdade geralmente vivem em condições superlotadas, com pouco acesso a serviços de saneamento básico e de saúde adequados. Essas condições tornam os presos e detentos particularmente suscetíveis a doenças infecciosas, incluindo a COVID-19 (VASCONCELOS, *et al.*, 2023).

A inclusão desses grupos nos programas de vacinação é fundamental para reduzir o risco de transmissão do vírus e garantir a segurança dos funcionários que trabalham nas prisões e detenções, bem como de outros presos e detentos (BACCON, *et al.*, 2022).

No entanto, a vacinação de pessoas em grupos privados de liberdade pode enfrentar desafios logísticos, além de problemas em relação aos custos e à disponibilidade de doses suficientes para atender a esses grupos. As autoridades precisam trabalhar para garantir que as vacinas sejam administradas de forma segura e eficaz, enquanto respeitam os direitos humanos dos presos e detentos (RODRIGUES, *et al.*, 2022).

A incidência de COVID-19 na população privada de liberdade é um preocupante problema de saúde pública. A pandemia do COVID-19 afetou a todos, mas alguns grupos estão mais expostos do que outros, como a população em situação de rua, a população idosa e os presidiários (LEAL, *et al.*, 2022).

Os prisioneiros e detentos em privação de liberdade são particularmente vulneráveis ao COVID-19, devido às condições lotadas e às dificuldades de implementar medidas preventivas de distanciamento social. Essas dificuldades contribuem para um alto risco de transmissão e propagação do vírus, especialmente em prisões superlotadas, onde a circulação do ar é insuficiente (BARBOSA, *et al.*, 2022).

A maior incidência de COVID-19 em população privada de liberdade tem preocupado especialistas e autoridades saudáveis em todo o mundo, que têm trabalhado para garantir políticas públicas para proteger esses grupos da doença (LEAL, *et al.*, 2022).

A vacinação, o fornecimento de equipamentos de proteção pessoal, a testagem em massa e o monitoramento constante estão entre as estratégias que podem ser implementadas para prevenir e controlar a propagação da COVID-19 nas prisões (HOMMA, *et al.*, 2023).

Além disso, as autoridades precisam garantir que os presos tenham acesso a cuidados médicos adequadamente qualificados e sejam tratados com dignidade e respeito, mesmo em tempos de crise de saúde pública (SILVA, *et al.*, 2023).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dessa revisão de literatura, foi possível verificar que a prevenção de COVID-19 em prisioneiros requer a implementação de medidas de proteção que garantam a saúde e a segurança dos detentos, bem como dos funcionários que trabalham nas prisões. É crucial que as autoridades trabalhem para implementar essas medidas e garantir que a população privada de liberdade seja protegida (BACCON, *et al.*, 2022).

Todavia, para sua eficácia é necessário adotar medidas de distanciamento social: a separação física de presos para reduzir a propagação do vírus é importante para prevenir a infecção de COVID-19, sendo necessário que os prisioneiros serem divididos em grupos menores de acordo com seu nível de risco (BARBOSA, *et al.*, 2022).

Assim, é amplamente necessário o fornecimento de equipamentos de proteção pessoal: fornecer equipamentos de proteção, como máscaras e luvas, a presos e funcionários é fundamental para prevenir a propagação do vírus, uma vez que a falta de EPIs coloca essas pessoas em maior risco, bem como a implementação de medidas de higiene, como lavagem frequente das mãos e acesso a álcool em gel, são cruciais para reduzir a propagação do vírus (SILVA, *et al.*, 2023).

Entretanto, a participação do governo é fundamental na ampliação da vacinação para pessoas privadas de liberdade, já que o acesso à vacina é um direito da população carcerária e uma ação de saúde pública. O governo, em todos os níveis, tem o dever de garantir o acesso à vacinação para todos, independentemente de sua condição social ou jurídica.

Para isso, é imprescindível priorizar a população carcerária nos planos de vacinação: os governos devem incluir a população carcerária nos grupos prioritários para a vacinação, tendo em vista que os detentos vivem em um ambiente com aglomeração de pessoas, em geral em situações de vulnerabilidade e sem possibilidade de distanciamento social. Desta forma os governos devem garantir que o processo de vacinação nas prisões seja seguro e eficiente, com a disponibilização de equipes de saúde capacitadas e equipamentos de proteção individual (EPIs) para os profissionais envolvidos nos processos de vacinação. É importante que o governo promova campanhas de informação direcionadas à população carcerária para esclarecer dúvidas e aumentar a confiança nos imunizantes disponíveis no país. Ademais, além da vacinação, o governo deve continuar fortalecendo as ações de prevenção e controle de COVID-19, como a disponibilização de EPIs, medidas de distanciamento social, higiene e testagem, objetivando-se garantir a proteção da população carcerária e contribuir para o

controle da pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

- BACCON, W. C. People deprived of their freedom: nursing diagnoses in the light of horta's theory. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 31, p. e20210326, 2022. Acesso em: 29 de junho de 2023.
- BARBOSA, M. L. Equipe de saúde penitenciária: a realidade do processo de trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 12, p. 4397-4405, dez. 2022. Acesso em 01 de julho de 2023.
- BARBOSA, M. L. Política nacional de atenção integral à saúde das pessoas privadas de liberdade: o desafio da integralidade. **Cadernos Saúde Coletiva**, v. 30, n. 4, p. 517-524, out. 2022. Acesso em: 28 de junho de 2023.
- HOMMA, A. Pela reconquista das altas coberturas vacinais. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 3, p. e00240022, 2023. Acesso em: 04 de julho de 2023.
- LEAL, M. Health of female prisoners in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 12, p. 4521-4529, dez. 2022. Acesso em: 06 de julho de 2023.
- RODRIGUES, R. N. The COVID-19 pandemic and vaccination abandonment in children: spatial heterogeneity maps. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 30, p. e3642, 2022. Acesso em: 05 de julho 2023.
- SILVA, G. M. Desafios da imunização contra COVID-19 na saúde pública: das fake news à hesitação vacinal. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 739-748, mar. 2023. Acesso em: 02 de junho de 2023.
- SOUZA, E. L. De. Diagnóstico das salas de vacinação em unidades básicas de saúde brasileiras participantes do projeto PlanificaSUS, 2019. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 31, n. 2, p. e2022069, 2022. Acesso em: 03 de junho de 2023.
- SILVA, T. P. R. DA. Classificação de risco para transmissão de doenças imunopreveníveis em Minas Gerais, Brasil: dois anos desde o início da pandemia de COVID-19. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 28, n. 3, p. 699-710, mar. 2023. Acesso em: 04 de julho de 2023.
- VASCONCELOS, P. P. Pregnant women's compliance with vaccination in the context of pandemics: an integrative review. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 32, p. e20220117, 2023. Acesso em: 05 de julho 2023.